CLIPPING INTERNET

09/12/2021 ATÉ 09/12/2021

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 DECISÕES
2.1 BLOG CARLOS CRISTIANO..... 2
3 FUNDAÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
3.1 BLOG DO EDUARDO REGO..... 3
4 INSTITUCIONAL
4.1 BLOG HOLDEM ARRUDA..... 4
5 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
5.1 SITE O MARANHENSE..... 5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
09/12/2021 - BLOG CARLOS CRISTIANO
POSITIVA
AÇAILÂNDIA: TJMA RETORNA VER. CEARÁ AO CARGO

AÇAILÂNDIA: TJMA RETORNA VER. CEARÁ AO CARGO

postado por Carlos Cristiano dezembro 09, 2021

Decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA desta quarta-feira 08 retorna o cargo o vereador Josibeliano Chagas Farias (Ceará).

Ceará foi afastado dia 20 de outubro pela maioria dos vereadores de Açailândia.

O afastamento se deu após a Câmara Municipal de Açailândia receber denúncias contra o parlamentar este ano, as denúncias são de quando Ceará estava no seu primeiro mandato de vereador e era presidente da Câmara.

Relembre o caso:

AÇAILÂNDIA: CÂMARA MUNICIPAL AFASTA VEREADOR E EX-PRESIDENTE CEARÁ POR 90 DIAS

Ceará foi afastado por 90 dias, mas seu suplente não tomou posse.

A decisão liminar foi emitida pelo desembargador JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Projeto Justiça e Cidadania é destaque no Fórum de Timon

O Projeto 'Justiça e Cidadania – Fazer o Bem sem Olhar a Quem', coordenado pela juíza Raquel Castro Menezes, titular da 1ª Vara Cível de Timon, realizou mais uma ação na comarca. Na manhã desta segunda-feira, dia 6 de dezembro, foi realizada uma palestra no Salão do Júri do Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves. O tema abordado foi "Crimes Virtuais", desenvolvido pelo promotor de Justiça Francisco Fernando de Morais Meneses Filho.
A palestra foi realizada para os alunos do ensino médio do Colégio Gláucia Costa, escola sediada em Timon, contando ainda com a participação da Escola de Música Beija-Flor, que presenteou os participantes com uma belíssima apresentação musical. Na oportunidade, também foram entregues mais de 50 cestas básicas, além de fraldas descartáveis e suplementos alimentares.

Essas doações foram recebidas em prol da Casa de Palha - Centro de Solidariedade e Apoio às Pessoas com Câncer, representada no evento pela diretora Luanna Silva Xavier e a Psicóloga Isabel Cristina Alves do Nascimento.

"Nesse evento de ontem, o público-alvo foi de alunos do ensino médio de uma escola local, que deram uma resposta bastante positiva. A direção da escola também se fez presente e ressaltou a relevância da abordagem do tema por autoridades locais de forma direcionada aos estudantes", observou a juíza Raquel Menezes.

O "Justiça e Cidadania" é coordenado pela juíza da 1ª Vara Cível e diretora do Fórum de Timon, Raquel Castro Menezes, que já desenvolveu ações desse projeto nas comarcas de Governador Nunes Freire, Matões e Coelho Neto, nos anos de 2011 a 2016. "O projeto tem por objetivo aproximar o Poder Judiciário da comunidade local, mediante a realização de eventos educativos, com informações sobre direitos e deveres dos cidadãos", informou Raquel Menezes. As informações são do TJMA.

Medida inédita no Maranhão oferece anistia de débitos de origem não tributária

Pela primeira vez o Estado do Maranhão instituiu o Programa Estadual de Pagamento e Parcelamento de Débitos de Natureza Não Tributária, alcançando multas por descumprimento do Código do Consumidor, das normas de Vigilância Sanitária, das normas de prevenção de incêndio, crimes ambientais, dentre outros.

A Dívida Ativa da Fazenda Pública é o conjunto de créditos líquidos e certos, tributários ou não, a favor do Estado do Maranhão. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) já possui um sistema de gestão da dívida tributária que é compartilhado com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que promove a execução fiscal dos débitos.

Os débitos já inscritos em Dívida Ativa, com a Medida Provisória 368/2021, terão redução do valor principal, dos juros e das multas punitivas ou moratórias relativas a débitos do Estado, que não possuem natureza tributária.

Os débitos decorrem de multas e cobranças emitidas pelo Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon/MA), Vigilância Sanitária, Secretaria de Meio Ambiente, Tribunal de Contas, Agência Estadual de Defesa Agropecuária (AGED), Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Desenvolvimento Social, Poder Judiciário e diversos outros órgãos.

O prazo para adesão é até 30 de dezembro de 2021, podendo ser feito em qualquer agência de atendimento da Sefaz. Serão alcançados os débitos não tributários já inscritos em Dívida Ativa com reduções que variam de acordo com a forma de pagamento, à vista ou parcelado, e da origem da dívida principal.

Quando a dívida principal não se referir a multa punitiva, a redução será de 90% dos juros e multas, para pagamento integral e à vista. Já quem optar pelo parcelamento, terá reduções que variam de 75% a 50% dos juros e multas, de acordo com a quantidade de parcelas.

Quando a dívida principal se referir à multa punitiva, a redução será de 80% do total da dívida, em caso de pagamento integral e à vista, ou redução de 70% a 50%, para pagamento parcelado.

A dívida principal se referindo ou não à multa punitiva, para pagamento parcelado, o limite de parcelas é o mesmo, ou seja, podem ser feitas em até 60 vezes.

O valor mínimo de cada parcela será de R$ 150,00 para o devedor pessoa física e de R$ 300,00 para o devedor pessoa jurídica. O benefício será considerado efetivo com o pagamento da primeira parcela no prazo de até cinco dias a contar da data da assinatura do contrato de parcelamento e as demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

Também poderão ser renegociados os saldos de parcelamento em curso, no qual o devedor precisará formalizar pedido de adesão ao Programa em qualquer agência da Sefaz, bem como desistir de eventuais ações judiciais ou embargos à execução fiscal (inclusive com renúncia do direito), e de eventuais pedidos de revisão, impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Os créditos relacionados ao Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran/MA) não serão abrangidos pelo Programa Estadual de Pagamento e Parcelamento de Débitos de Natureza Não Tributária, inscritos em Dívida Ativa, visto que já possui benefícios previstos na Medida Provisória 369/2021.

TJMA promove solenidade de premiação do programa Valoriza Mulher

07/12/2021 23:00:00

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA) - realizou solenidade de premiação do programa "Valoriza Mulher", nessa segunda-feira (6).

Durante o evento – realizado na sede da Coordenadoria (Rua de Nazaré, nº 58, Centro Histórico de São Luís) – empresas e empreendedores receberam troféus do Judiciário, por desenvolverem experiências exitosas de enfrentamento à violência doméstica e familiar e de garantia dos direitos das mulheres, no ambiente corporativo e nas comunidades do entorno.

Na abertura da solenidade, o vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula Gomes, ressaltou a relevância social da iniciativa, parabenizando o desembargador Cleones Cunha e a Cemulher pela promoção de ações e projetos executados pela Coordenadoria. "Parabenizo o desembargador Cleones Cunha pelo evento de premiação do programa Valoriza Mulher, uma iniciativa extremamente importante para a nossa sociedade", pontuou.

O presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Cunha, enfatizou a importância do projeto, que visa reconhecer e incentivar empresas a realizarem ações de valorização e respeito às mulheres. "A situação da mulher, no Brasil e no mundo, é de extrema desigualdade. Precisamos lutar diariamente contra essa cultura. Portanto, o trabalho desenvolvido pelas empresas premiadas é essencial. Muito obrigado a todos e a todas!", ressaltou.

Na oportunidade, o desembargador Cleones Cunha registrou agradecimentos ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo. "Agradecemos, especialmente, ao presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, que nos possibilitou ter uma sede própria e com ótimas instalações", afirmou.

Compareceram à solenidade a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Sônia Amaral, representando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; o juiz auxiliar da Cemulher/TJMA, Júlio Praseres; o juiz Márcio Cutrim; o ex-deputado estadual Joaquim Haickel; além de servidores e servidoras do Judiciário.

PREMIAÇÃO

Durante a solenidade, receberam os troféus da premiação Valoriza Mulher as empresas: Pestana Azevedo & Santos. Sociedade de Advogadas, representada pela sócia Patrícia Pestana Moura de Azevedo; Doce Pedaço Biscoitos Finos, representada pela proprietária Ana Luzia Frazão; Ela Faz Tecnologia em Serviços Ltda, representada pela CEO Lívia Silva Soares; Rofe Distribuidora - representada pela coordenadora de RH Jr, Aline Campelo e a supervisora dos setores Administrativo/Financeiro Jr, Viviane Lima; Empresa Maranhense de

Administração Portuária (EMAP), representada pelo diretor de Planejamento e Desenvolvimento, Marcelo Coelho e pela integrante do Comitê de Diversidade, Ludmila Veiga.

Também foram homenageados, com o prêmio, os empreendedores Ilson Rodrigues Mateus, representado na ocasião pela coordenadora do Jurídico, Joyce Xavier; e Jacira Haickel, empreendedora e presidente do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial do Maranhão (ACM/MA).

O diretor de Planejamento e Desenvolvimento da EMAP, Marcelo Coelho, destacou a importância do projeto do Judiciário ao estimular as empresas a se engajarem na luta contra a violência de gênero. "Essa iniciativa demonstra o envolvimento da EMAP com ações de valorização da mulher. O Tribunal de Justiça do Maranhão é um exemplo a ser seguido, enquanto instituição que se preocupa com as mulheres. Parabenizamos o Judiciário pela iniciativa!", frisou.

A CEO da empresa Ela Faz Tecnologia, Lívia Silva Soares, também ressaltou a relevância da iniciativa para as empresas. "Esse reconhecimento do Judiciário só fortalece o nosso trabalho de acolhimento e capacitação, voltado às mulheres, para ingresso no mercado de trabalho. Só temos a agradecer a Deus, ao Tribunal de Justiça e às mulheres que acreditam em nossa missão".

Durante o evento, a empreendedora e presidente do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial do Maranhão (ACM/MA), Jacira Haickel, também recebeu a premiação do TJMA. "Fico muito feliz e honrada pelo reconhecimento do Judiciário à nossa luta diária. Essa iniciativa é extremamente importante, afinal, é fundamental termos igualdade de gênero em nossa sociedade", frisou.

CEMULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher funciona no Centro Guaxenduba, casarão situado na Rua de Nazaré, n° 58, próximo ao Palácio da Justiça, no Centro Histórico de São Luís.

TJMA divulga balanço de reuniões em Coroatá e Peritoró

No período de 29 de novembro a 2 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu a 5ª edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante, nos municípios de Coroatá e Peritoró.

A iniciativa foi promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

Na oportunidade, o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, reuniu-se com representantes de instituições parceiras da Justiça, com o intuito de apresentar e discutir projetos em benefício da comunidade, dentre eles o programa de reconhecimento Município Amigo da Justiça.

CONCILIAÇÃO

Durante a ação Conciliação Itinerante, em Coroatá (29/11 a 1/12) e Peritoró (2/12), a população conseguiu resolveu questões processuais (com ação judicial em andamento) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e gratuita, por meio do diálogo e da conciliação, durante sessões realizadas por conciliadores e conciliadoras da Justiça. As principais demandas solucionadas foram referentes a questões de família (divórcio, guarda, pensão alimentícia), conflitos de vizinhança, renegociação de dívidas, coleta de DNA para exame de paternidade, dentre outras.

MUNICÍPIO AMIGO DA JUSTIÇA

O projeto Município Amigo da Justiça visa reconhecer a cooperação empreendida por municípios que desenvolvem ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos. O programa destina-se, também, a promover a integração dos serviços do Poder Judiciário e dos Municípios, com vistas a auxiliar a população na resolução de demandas (processuais e pré-processuais) e incentivar a política de conciliação.

REUNIÕES

Em Coroatá e Peritoró, a agenda do Nupemec encontrou espaço para diversas reuniões com instituições parceiras. No município de Coroatá, o juiz Alexandre Abreu reuniu-se com advogados e advogadas que atuam na cidade, com o objetivo de discutir sobre a atuação da Advocacia na defesa dos direitos de cidadãos e cidadãs, sem a necessidade de judicialização. Na ocasião, o magistrado apresentou o projeto Município Amigo da Justiça, enfatizando a importância do funcionamento das plataformas de mediação por videoconferência.

Também foi assunto da pauta do encontro o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 279, que fala sobre a possibilidade de os Municípios instituírem a assistência judiciária.

O coordenador do Nupemec informou que essas medidas devem priorizar a solução consensual de conflitos, de modo semelhante à atuação da Defensoria Pública, bem como a formação de câmaras internas de resolução de demandas e atuação multidisciplinar das equipes que integram os municípios. "Essas ações podem se tornar a ferramenta que permitirá aos cidadãos terem seus direitos garantidos sem a necessidade de uma judicialização", frisou.

Alexandre Abreu também reuniu-se com integrantes da Secretaria de Assistência Social. No encontro, o magistrado apresentou o projeto Município Amigo da Justiça, destacando a possibilidade de criação de um espaço de cidadania digital para realização de sessões por videoconferência. Durante a reunião, foram discutidas, ainda, propostas de ações para implantação do programa de reconhecimento do Judiciário, na cidade; garantia de direitos das pessoas com deficiência; além de um protocolo de ações para expedição de curatela.

De acordo com o juiz Alexandre Abreu, a Assistência Social de Coroatá assumiu o compromisso de promover a busca ativa de pessoas com direitos a serem assegurados, por meio de articulação com o Judiciário para acesso a essas garantias. A Procuradoria Municipal comprometeu-se em orientar todos os segmentos de atenção jurídica da sociedade pela busca de soluções de demandas preferencialmente por vias consensuais.

Em Peritoró, o juiz Alexandre Abreu reuniu-se, na última sexta-feira (2/12), com o prefeito Josué Pinho da Silva Júnior e integrantes da Secretaria de Assistência Social, para apresentação do projeto Município Amigo da Justiça e discussão de ações que beneficiem a sociedade, na resolução de conflitos.

Durante a reunião, o Município de Peritoró assumiu o compromisso de instalar um Posto de Cidadania Digital, para atender a população em demandas relativas ao Judiciário, no prédio onde funciona a Secretaria de Assistência Social, onde funcionam serviços de Registro Civil, Alistamento Militar, dentre outros.